

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Habeas Corpus n.º 8033243-75.2023.8.05.0000 – Comarca de Senhor do Bonfim/BA Impetrante: Defensoria Pública do Estado da Bahia Paciente: Gabriel Alves dos Santos Defensora pública: Dra. Aline de Azevedo da Silva Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA Processo de 1º Grau: 0501029-62.2020.8.05.0244 Procuradora de Justiça: Dra. Armênia Cristina Santos Relatora: Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães ACÓRDÃO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA (ART. 121, § 2º, IV C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). ALEGATIVA DE EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO. INALBERGAMENTO. INFORMES QUE NOTICIAM A DESIGNAÇÃO DE JUIZ, AINDA NO MÊS DE SETEMBRO, PARA REALIZAÇÃO DO JÚRI. SESSÃO PLENÁRIA QUE SE AVIZINHA. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA E DESFUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO CONSTRITORA. INACOLHIMENTO. DECISÃO IDONEAMENTE FUNDAMENTADO. NECESSIDADE DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, com recomendação ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA para que designe, com a máxima brevidade, a Sessão do Júri. I – Cuida-se de ação de Habeas Corpus impetrada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor de Gabriel Alves dos Santos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA. II – Extraí-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 10/07/2020, convertida em preventiva em 26/08/2020, sendo pronunciado em 25/02/2022, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV c/c art. 14, II ambos do Código Penal. III – Alega a impetrante, em sua peça vestibular (ID. 47255592), a existência de constrangimento ilegal pelo excesso na tramitação do feito, aduzindo que a Sessão do Tribunal do Júri foi designada para 31/03/2022, sem comprovação nos autos da sua realização. Sustenta, ainda, a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e a desfundamentação da decisão constritoria. IV – Informes judiciais (ID. 48482344) noticiam in verbis: “[...] Colho o presente para prestar a Vossa Excelência as informações que me foram requisitadas, através do despacho nos autos do Habeas Corpus n. 8033243-75.2023.8.05.0000. Inicialmente, cumpre-me informar que fui designada para atuar nesta Vara Criminal por força do Decreto Judiciário 888/2022, publicado em 15.12.2022. Compulsando os autos verifico que o ora paciente foi denunciado pela prática do delito capitulado no art. 121, § 2º, inc II e IV c/c art 14 inc II do Código Penal, fato ocorrido no dia 26.09.2019. Recebida a denúncia em 26.08.2020, com a decretação de sua prisão preventiva. Encerrada a instrução foi proferida a decisão de PRONÚNCIA, sem recurso. Designada a sessão do Júri para o dia 30.03.2022, não se realizou pela ausência de Juiz titular à época. O acusado se encontra preso em BARREIRAS e responde a processos criminais nesta Comarca por dois processos por homicídio qualificado (0700149.52.2021.8.05.0244 0501071.14.2020.8.05.0244), um por tráfico de drogas (0700013-55.2021.8.05.0244) e um por roubo (0503129.58.2018.8.05.0244). O processo 0700149.52.2021.8.05.0244 foi julgado o RESE e se encontra na fase do art 422 do CPP. Em setembro, será designado Juiz auxiliar para realização do Júri, sendo incluído esse feito por estar aguardando há mais de um ano. [...]”. V – No tocante à arguição de excesso de prazo para a realização do Júri Popular, asseverando que a sessão designada para o dia 30/02/2022 não ocorreu, nem foi redesignada, melhor sorte não assiste à Impetrante. Como é sabido, eventual excesso prazal na duração da prisão cautelar depende do exame acurado, não somente do prazo legal máximo

previsto (critério do prazo fixo), mas também dos critérios que compõem o princípio da razoabilidade (complexidade do processo, comportamento da parte e diligências requeridas) e permitem a dilação desse prazo até o limite do razoável. Saliente-se que doutrina e jurisprudência são acordes de que os prazos processuais não são fruto de mera soma aritmética, mas devem ser analisados à luz do aludido princípio. Além disso, para a configuração do excesso de prazo, exige-se a transposição injustificada de sua contagem global e, não, a de atos processuais isolados. VI – Na espécie, fica afastada, ao menos por ora, a tese atinente ao excesso de prazo, sobretudo porque a Magistrada a quo informou que em setembro será designado Juiz auxiliar para que haja a designação das sessões do Tribunal do Júri pendentes, incluindo o presente caso (documento de ID. 48482344), aproximando-se, portanto, do seu julgamento. VII – De outra banda, não merece prosperar a alegativa de ausência dos requisitos autorizadores da manutenção da medida cautelar. Verifica-se, in casu, que o Juiz Primevo apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312, do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente e concreta para manter a prisão preventiva, ao salientar o risco de reiteração delitiva, evidenciado pela existência de diversos registros criminais em desfavor do paciente; a gravidade concreta da conduta e o risco à conveniência da instrução processual na segunda fase do Júri, verificando-se que ele, após a suposta prática do delito teria ameaçado e tentado contra a vida da vítima e de terceiros envolvidos no processo, o que também demonstra a necessidade da manutenção da segregação antecipada para garantia da ordem pública. VIII – Parecer da Douta Procuradoria de Justiça pelo conhecimento e denegação da ordem. IX – ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, com recomendação ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA para que designe, com a máxima brevidade, a Sessão do Júri. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 8033243-75.2023.8.05.0000, provenientes da Comarca de Senhor do Bonfim/BA, em que figuram, como Impetrante, a Defensoria Pública do Estado da Bahia, como Paciente, Gabriel Alves dos Santos e, como Impetrado, o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da colenda Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em conhecer da presente ação e DENEGAR A ORDEM, com recomendação ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA para que designe, com a máxima brevidade, a Sessão do Júri, fazendo-o pelas razões a seguir expostas no voto da Desembargadora Relatora. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 29 de Agosto de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Habeas Corpus n.º 8033243-75.2023.8.05.0000 – Comarca de Senhor do Bonfim/BA Impetrante: Defensoria Pública do Estado da Bahia Paciente: Gabriel Alves dos Santos Defensora pública: Dra. Aline de Azevedo da Silva Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA Processo de 1º Grau: 0501029-62.2020.8.05.0244 Procuradora de Justiça: Dra. Armênia Cristina Santos Relatora: Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães RELATÓRIO Cuida-se de ação de Habeas Corpus impetrada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor de Gabriel Alves dos Santos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA. Extraí-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 10/07/2020, convertida em preventiva em 26/08/2020, sendo pronunciado em 25/02/2022, pela suposta prática do

crime previsto no art. 121, § 2º, IV c/c art. 14, II ambos do Código Penal. Alega a impetrante, em sua peça vestibular (ID. 47255592), a existência de constrangimento ilegal pelo excesso na tramitação do feito, aduzindo que a Sessão do Tribunal do Júri foi designada para 31/03/2022, sem comprovação nos autos da sua realização. Sustenta, ainda, a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e a desfundamentação da decisão constritor. A inicial veio instruída com o documento de ID. 47255594. Indeferida a liminar pleiteada (ID. 47372138). Informes judiciais de ID. 48482344. Parecer da Douta Procuradoria de Justiça pelo conhecimento e denegação da ordem (ID. 48785373). É o relatório. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Habeas Corpus n.º 8033243-75.2023.8.05.0000 – Comarca de Senhor do Bonfim/BA Impetrante: Defensoria Pública do Estado da Bahia Paciente: Gabriel Alves dos Santos Defensora pública: Dra. Aline de Azevedo da Silva Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA Processo de 1º Grau: 0501029-62.2020.8.05.0244 Procuradora de Justiça: Dra. Armênia Cristina Santos Relatora: Desa. Rita de Cássia Machado Magalhães VOTO Cuida-se de ação de Habeas Corpus impetrada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor de Gabriel Alves dos Santos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim/BA. Extraí-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente em 10/07/2020, convertida em preventiva em 26/08/2020, sendo pronunciado em 25/02/2022, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV c/c art. 14, II ambos do Código Penal. Alega a impetrante, em sua peça vestibular (ID. 47255592), a existência de constrangimento ilegal pelo excesso na tramitação do feito, aduzindo que a Sessão do Tribunal do Júri foi designada para 31/03/2022, sem comprovação nos autos da sua realização. Sustenta, ainda, a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e a desfundamentação da decisão constritor. Informes judiciais (ID. 48482344) noticiam in verbis: “[...] Colho o presente para prestar a Vossa Excelência as informações que me foram requisitadas, através do despacho nos autos do Habeas Corpus n. 8033243-75.2023.8.05.0000. Inicialmente, cumpre-me informar que fui designada para atuar nesta Vara Criminal por força do Decreto Judiciário 888/2022, publicado em 15.12.2022. Compulsando os autos verifico que o ora paciente foi denunciado pela prática do delito capitulado no art. 121, § 2º, inc II e IV c/c art 14 inc II do Código Penal, fato ocorrido no dia 26.09.2019. Recebida a denúncia em 26.08.2020, com a decretação de sua prisão preventiva. Encerrada a instrução foi proferida a decisão de PRONÚNCIA, sem recurso. Designada a sessão do Júri para o dia 30.03.2022, não se realizou pela ausência de Juiz titular à época. O acusado se encontra preso em BARREIRAS e responde a processos criminais nesta Comarca por dois processos por homicídio qualificado (0700149.52.2021.8.05.0244 0501071.14.2020.8.05.0244), um por tráfico de drogas (0700013-55.2021.8.05.0244) e um por roubo (0503129.58.2018.8.05.0244). O processo 0700149.52.2021.8.05.0244 foi julgado o RESE e se encontra na fase do art 422 do CPP. Em setembro, será designado Juiz auxiliar para realização do Júri, sendo incluído esse feito por estar aguardando há mais de um ano. [...]”. No tocante à arguição de excesso de prazo para a realização do Júri Popular, asseverando que a sessão designada para o dia 30/02/2022 não ocorreu, nem foi redesignada, melhor sorte não assiste à Impetrante. Como é sabido, eventual excesso prazal na duração da prisão cautelar depende do exame acurado, não somente do prazo legal máximo previsto (critério do prazo fixo), mas também dos critérios que compõem o

princípio da razoabilidade (complexidade do processo, comportamento da parte e diligências requeridas) e permitem a dilação desse prazo até o limite do razoável. Saliente-se que doutrina e jurisprudência são acordes de que os prazos processuais não são fruto de mera soma aritmética, mas devem ser analisados à luz do aludido princípio. Além disso, para a configuração do excesso de prazo, exige-se a transposição injustificada de sua contagem global e, não, a de atos processuais isolados. Cita-se: [...]

1. Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da Constituição da República), considerando cada caso e suas particularidades. [...]. (STJ, HC 595.691/BA, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/11/2020, DJe 02/12/2020). [...]

6. Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais. [...]

11. Habeas corpus não conhecido. (STJ, HC 529.616/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2020, DJe 29/06/2020). Na espécie, fica afastada, ao menos por ora, a tese atinente ao excesso de prazo, sobretudo porque a Magistrada a quo informou que em setembro será designado Juiz auxiliar para que haja a designação das sessões do Tribunal do Júri pendentes, incluindo o presente caso (documento de ID. 48482344), aproximando-se, portanto, do seu julgamento. Consoante salientou a insigne Procuradora de Justiça: “Veja-se que o Magistrado tem adotado todas as providências necessárias para assegurar a regular tramitação do feito, não restando caracterizada qualquer desídia por parte do juízo. Deixando consignado que o feito entrará para marcação de Júri em setembro de 2023.”

De outra banda, não merece prosperar a alegativa de ausência dos requisitos autorizadores da manutenção da medida cautelar. Transcreve-se trecho da sentença de pronúncia do paciente (ID. 47255594, fl. 75): “[...] DENEGO ao pronunciado o direito de recorrer em liberdade por entender persistirem as razões para a manutenção da prisão, uma vez que a liberdade do réu põe em risco a ordem pública e à conveniência da instrução processual na segunda fase do Júri, sobretudo pelo que restou apurado nesta assentada no sentido de que o réu é investigado pela prática de três homicídios consumados, cinco homicídios tentados, roubo de motocicleta e, mais recentemente, foi preso e acusado de tráfico de drogas e associação ao tráfico, na denominado operação GUNSMITH. Portanto, percebe-se que o réu possui conduta reiterada em crimes de gravidade exacerbada. Ademais, a vítima e testemunhas informaram que, após a prática do crime aqui apurado, o réu tentou ceifar a vida da vítima e da pessoa conhecida por Adson, bem como enviou várias mensagens ameaçando a vítima de morte. Desse modo, se solto for, além da possibilidade real e séria de reiteração delitiva, tendo em vista utilizar-se das práticas delitivas como meio de vida, a réu poderá concluir e sua empreitada delitiva contra a vítima, bem assim contra outras pessoas, visto ser contumaz na prática de delitos dolosos contra a vida. Ressalte-se que o réu permaneceu preso durante a instrução processual, não havendo motivos para a sua liberdade após a conclusão do feito nesta instância. Dessa forma, considerando subsistentes os motivos concretos autorizadores da manutenção da segregação cautelar corporal do acusado, nos termos do art. 312 do CPP, mantenho a prisão preventiva do

r  /pronunciado para fins de assegurar a ordem pública nesta. [...]”  
Verifica-se, in casu, que o Juiz Primevo apontou, de forma idônea, a  
presença dos vetores contidos no art. 312, do Código de Processo Penal,  
indicando motiva  o suficiente e concreta para manter a prisão preventiva,  
ao salientar o risco de reitera  o delitiva, evidenciado pela existência  
de diversos registros criminais em desfavor do paciente; a gravidade  
concreta da conduta e o risco    conveniência da instru  o processual na  
segunda fase do Júri, verificando-se que ele, após a suposta prática do  
delito teria ameaçado e tentado contra a vida da vítima e de terceiros  
envolvidos no processo, o que também demonstra a necessidade da manuten  o  
da segrega  o antecipada para garantia da ordem pública. Dessa forma,  
segue orienta  o jurisprudencial do STF e STJ: “AGRAVO INTERNO EM HABEAS  
CORPUS. IDONEIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE SOCIAL DEMONSTRADA  
POR MEIO DA GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. EXCESSO DE PRAZO DA PRISÃO  
PREVENTIVA NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS INDEFERIDO. 1.    idônea a  
segrega  o cautelar fundada na garantia da ordem pública, quando  
demonstrada a periculosidade social do agente por meio da gravidade  
concreta de sua conduta. 2. Não se verifica falta de razoabilidade na  
dura  o do processo, tampouco inércia ou desídia que possa ser atribuída  
ao Poder Judiciário para justificar o pretendido reconhecimento de excesso  
de prazo da prisão preventiva. 3. Agravo interno desprovido. (STF – HC:  
210021 MG 0066178–07.2021.1.00.0000, Relator: NUNES MARQUES, Data de  
Julgamento: 22/04/2022, Segunda Turma, Data de Publica  o: 28/04/2022).  
“PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO  
PREVENTIVA. ORGANIZA  O CRIMINOSA, ROUBO, FURTO, ESTELIONATO, FALSIDADE  
IDEOLÓGICA E LAVAGEM DE DINHEIRO. MERA REITERA  O DE OUTRO WRIT.  
DESCABIMENTO. REVISÃO NONAGESIMAL DA CUSTÓDIA. ENTENDIMENTO DO STF NA ADI  
6.581. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1.  
Os argumentos quanto    falta de fundamenta  o para a manuten  o da prisão,  
   inexistência de provas e    substitui  o da prisão por outras cautelares  
constituem mera reitera  o do HC 715.420/MT, já rejeitado com trânsito em  
julgado. 2. Conforme a decisão do STF na ADI 6.581, a falta de revisão da  
prisão preventiva a cada 90 dias não enseja automaticamente a revoga  o da  
custódia ou o reconhecimento de qualquer nulidade, mas somente a  
interpela  o do juízo responsável para que faça a reavalia  o legalmente  
determinada. 3. A demora para a conclusão dos atos processuais não pode  
ser verificada da simples análise dos prazos previstos em lei, devendo ser  
examinada de acordo com os princípios da razoabilidade e conforme as  
peculiaridades do caso concreto. 4. Tratando-se de processo complexo, com  
multiplicidade de réus e que segue marcha regular, não há, ao menos no  
presente momento, excesso de prazo na prisão preventiva. 5. Agravo  
regimental desprovido. (AgRg no HC n. 756.968/MT, relator Ministro Ribeiro  
Dantas, Quinta Turma, julgado em 14/11/2022, DJe de 18/11/2022.) Isto  
posto, voto no sentido de conhecer da presente a  o e DENEGAR a ordem de  
habeas corpus, com recomenda  o ao Juízo de Direito 1   Vara Criminal da  
Comarca de Senhor do Bonfim/BA para que designe a Sessão do Júri, com a  
máxima brevidade. Sala das Sessões, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023. DESA.  
RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES Relatora